

A CONVERSÃO DAS RESIDÊNCIAS EM PRISÕES: ATÉ QUE PONTO A VIOLÊNCIA MODIFICA O ESPAÇO URBANO?

Luciana Maria da Cruz¹

Alcindo José de Sá²

Resumo

O presente trabalho aborda alguns fatores sócio-espaciais que vêm induzindo à proliferação de construções residências, espaços públicos e privados, como verdadeiras fortalezas. Isto através de muros cada vez mais altos, bem como a utilização de todo um aparato de segurança pautado em um meio técnico-científico informacional, que aprisiona mais do que liberta, uma das grandes promessas do “desenvolvimento” progressista moderno do capitalismo. Enfim, discute alguns aspectos sociais que vêm fomentando a conversão das residências em verdadeiras prisões; espaços geográficos de “aquartelamento”.

Palavras-chaves: segregação sócio-espacial, geografia urbana, capitalismo contemporâneo

Abstract

The following work deals with some socio-spatial factors that have been promoting the proliferation of residential constructions, public and private spaces as true fortresses. The visible evidences are the high surrounding walls, as well as the usage of a sophisticated security apparatus, based on the current technical-scientific informational milieu, which favors the imprisonment of individuals rather than liberating them, although freedom was one of the major promises of modern

¹ Aluna do curso de bacharelado em Geografia / UFPE

² Professor Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE

capitalism. Finally, this work discusses some social aspects involved in the conversion of residences in true prisons; geographic spaces of incarceration.

Keywords: socio-spatial segregation, urban geography, contemporary capitalism

Introdução:

Este trabalho se propõe discutir como a violência tem sido um fator bastante relevante na estruturação do espaço, sobretudo a que se manifesta no território urbano e que constitui um dos problemas mais graves da atualidade. Ela tem assumido proporções mundiais, especialmente no que se refere às metrópoles, impondo-lhes novas dinâmicas territoriais e trazendo inúmeras consequências à sociedade, pois age como uma força capaz de moldar hábitos, definir e redefinir paisagens e territórios. Embora a violência ocorra também em Estados considerados “modelos” de cidadania e comportamento civilizado, no Brasil essa situação se agrava, considerando a desigualdade social, sobretudo a disparidade relativa à distribuição da renda, que gera uma imensa massa de excluídos, ou de uma população “redundante”, na expressão de Bauman, agora sob a égide do meio técnico-científico-informacional, como um conjunto indissociável de objetos e ações (Santos,1996) capitalista globalizado, base estrutural e superestrutural do novo período histórico. Esta violência estrutural excludente vem gerando uma onda crescente de violência desumana, bárbara, tornando-se, assim, um dos principais transtornos enfrentado pela sociedade brasileira, pois todos os seus membros tornam-se passíveis de todos os tipos de agressão física. Na esteira desse processo de aumento da criminalidade como ação social micro e macroespacial, despontam formas visíveis, sobretudo nas edificações afinadas com uma geografia da violência, do medo (Sá, 2005), já que estas passam a ser moldadas por altos muros, grades, cercas elétricas, sistema de câmeras, alarmes e uma série de outros artifícios. Estas novas/velhas (por que não dizer refeudalização das muradas em cidades e “castelos” pós-modernos) têm sido utilizadas pela sociedade com vistas a se “proteger” das constantes ameaças de roubos, seqüestros, homicídios e, até mesmo, atos de caráter “terrorista”, como os ataques praticados recentemente por organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A relevância deste assunto está no fato de tratar-se de um problema que afeta a sociedade brasileira como um todo. Assim sendo, apesar do presente trabalho dar um enfoque local, acreditamos que o entendimento da particularidade, ou fragmentação territorial, pode nos auxiliar na compreensão das diferentes formas como a violência urbana se manifesta e se materializa, servindo como contribuição para estudos comparativos com outras localidades na tentativa de se fazer um diagnóstico regional e/ou nacional do problema. O trabalho também é importante na medida em que se atenta sobre a importância de uma maior reflexão da atual condição do bem-estar social em nossas cidades, pois apesar de sua grande importância e gravidade, as soluções buscadas para a violência, como o auto-enclausuramento, o “aquartelamento” generalizado (Sá, 2005) aliado à ineficiência do sistema judiciário, têm servido apenas para agravar o fato ao invés de solucioná-lo.

O presente trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, intitulada: “A violência urbana e a proliferação do medo, são feitos uns levantamentos de algumas referências teóricas relacionadas à violência urbana e aos processos que levaram à sua origem e seu agravamento. A segunda parte, intitulada: “A transformação do espaço pelo medo, faz-se uma abordagem sobre segregação sócio-espacial e a proliferação dos condomínios fechados, que tem sido a principal estratégia de refúgio utilizada pela classe de alta renda e que torna cada vez mais explícita a problemática da segregação. Por fim, faço algumas considerações a respeito das idéias expostas, porém, não com pretensões conclusivas, pois o presente texto constitui apenas parte inicial de uma pesquisa em andamento.

1- A VIOLÊNCIA URBANA E A PROLIFERAÇÃO DO MEDO

Historicamente as relações sociais são estabelecidas imbuídas de conflitos, sejam eles de caráter cultural, econômico ou territorial. O medo é um sentimento que perturba os seres humanos desde os tempos mais remotos, no entanto, na atualidade, ele não só representa um sentimento incômodo, como passou também a comandar o modo de vida das pessoas, castrando as suas liberdades de escolha e ações, estabelecendo assim um conflito entre liberdade e segurança.

A busca por segurança, na atualidade, tornou-se algo essencial na vida das pessoas e vem deixando em segundo plano a tão almejada liberdade pela qual em toda História a humanidade lutou para alcançar. Mesmo em outras esferas como nos estudos realizados sobre a repressão sexual de seus clientes, Freud já apontava um “conflito épico entre a liberdade e a segurança” (apud Bauman, 2003, pg 27). Uma das causas desse fenômeno, talvez a principal, tem sido o gradativo aumento da violência, em especial nas áreas urbanizadas. Em estudos realizados sobre violência urbana o sociólogo Elimar Pinheiro (2002) aponta cinco fenômenos que, em conjunto, procuram explicar o crescimento da violência, são eles: a urbanização acelerada, mudança nos costumes da população, a percepção de que as desigualdades entre indivíduos são construídas socialmente, a perda da mobilidade social ascendente e o crescimento do desejo material devido à proliferação dos valores da sociedade de consumo. O espaço urbano, definido como um complexo conjunto de usos da terra (Corrêa, 2002), é o palco principal para manifestação das atitudes violentas dos indivíduos e isso se deve a vários fatores de ordem econômica e não-econômica ³. Devido aos processos de expansão e modernização das grandes cidades, estas se tornaram locais de atração para a maior parte da população em todo o mundo. Entretanto, o aumento populacional e sua concentração nas áreas urbanizadas não foram acompanhados por serviços urbanos que garantissem o suprimento das necessidades básicas de todos. Em consequência de um sistema político-econômico excludente, gerou-se uma série de problemas, tais como: pobreza, favelização, desemprego, violência entre outros, que hoje assolam a sociedade como um todo, mas em especial as camadas populacionais de baixa renda que são excluídas dos benefícios do progresso, causando assim, o aumento da criminalidade que é visto como resultado de manifestações desorganizadas decorrentes de um desejo de inclusão social (Nascimento, 2002).

Ai encontra-se uma das principais contradições do capitalismo, pois as promessas benéficas do desenvolvimento econômico têm apenas multiplicado os problemas sociais, favorecendo apenas os detentores do poder político e econômico enquanto a maior parcela da população mundial vive em condições indignas ou de completa miséria. Segundo Frugoli Jr:

³ - político, cultural, institucional, etc, classificação dada por (SOUZA, 2000)

“Processos sociais excludentes não são recentes, mas adquirem configurações particulares à medida que se estabelecem na cidade uma serie de instituições e estabelecimentos – ligados fundamentalmente à monopolização do capital – que privilegiam uma esfera privatizada em detrimento da publica, e grupos sociais de maior poder aquisitivo em detrimento dos populares” (1995 p 82).

No Brasil esta condição tem prevalecido há décadas, fato acirrado pela corrupção nas ações políticas/econômicas, tornando-se verdadeiros entraves ao desenvolvimento da democracia plena e da cidadania. Ao falar sobre o espaço do cidadão Santos afirma: “Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos” (1996 p.43).

Esta débil percepção de cidadania por grande parte da população brasileira permite que a aplicação das leis e da justiça dependa de fatores como o poder aquisitivo ou status social dos indivíduos.

Embora o foco desse estudo detenha-se sobre a violência criminal cometida, em sua maioria, por indivíduos pertencentes às camadas mais baixas da população, os denominados “bandidos”, convém deixar claro que o próprio Estado, os grupos dominantes e até mesmo a policia, encarregada da segurança publica, por muitas vezes são os atores de atitudes violentas contra a sociedade sob a égide da impunidade. Em suas pesquisas sobre a violência na cidade de São Paulo Tereza P do R Caldeira aponta:

“O aumento da violência é resultado de um ciclo complexo que envolve fatores como o padrão violento de ação da policia, descrença no sistema judiciário como mediador publico e legitimo de conflitos e provedor de justa reparação, respostas violentas e privadas ao crime, resistência à democratização, a débil percepção de direitos individuais e o apoio a formas violentas de punição por parte da população” (2003, p101).

Portanto, a violência não é uma questão a ser resolvida apenas pela polícia; ela precisa ser estudada e combatida em suas origens e, a partir daí, ser prevenida. E quanto mais a segurança privada toma conta do mercado, menor a possibilidade do desenvolvimento de políticas públicas legítimas. De acordo com Cláudio Beato, um estudioso no campo de políticas de segurança pública:

“A ausência de pesquisas aplicadas em violência e criminalidade, bem como uma formação mais sistemática em análise de políticas públicas na área de justiça criminal, têm se constituído em entrave para a elaboração de programas e políticas mais consistentes de controle da criminalidade” (2002 p.223).

Apesar de vivermos atualmente dentro de um regime democrático, ao menos no que tange as eleições diretas e a liberdade de expressão, estamos cada vez mais longe da liberdade de ir e vir, de freqüentar determinados lugares, de deixarmos abertas as portas de nossas casas ou a janela dos carros, de nos aproximarmos de pessoas estranhas ou que apresentem alguma característica que desperte desconfiança, de viver como cidadãos e não como refugiados. Dentro desta perspectiva a mesma autora ressalta: “As novas morfologias urbanas do medo dão formas novas às desigualdades, mantém os grupos separados e inscrevem uma nova sociabilidade que contradiz os ideais do público moderno e suas liberdades democráticas” (2003 p 340).

Estas morfologias criadas pelos sistemas de segurança dão margem à ilusão de que numa sociedade de mercado tudo pode ser comprado, até mesmo liberdade e segurança. De acordo com Alcindo Sá:

[...] “o que mais se vivifica e se crava territorialmente são os espaços da imobilidade física e social, em contraposição aos não-lugares, pois os limites macros e micros, visíveis e invisíveis forjados pela comunidade burocrática /financeira/ industrial não implicam sentimento, em sua maioria, de solidariedade, calcada no respeito ao outro diferente, mas o da semelhança do ser e do estar

junto que isola mais do que agrega, já que as semelhanças se restringem ‘aos que podem’ consumir” (2005, p.6).

Esse processo de alienação provocada pelo consumismo, reforçado pelo individualismo das sociedades modernas, faz com que as pessoas identifiquem apenas aquilo que os separa ao invés daquilo que os une e, assim, a idéia de progresso numa sociedade de consumo vem, freqüentemente, acompanhada por uma regressão na escala dos valores (Santos, 1996). Valores como a solidariedade e o respeito ao próximo que são tão fundamentais para a instauração da tão aclamada paz.

1.1- A ilusão da segurança

O medo da criminalidade vem transformando os aspectos paisagísticos e as formas de utilização do espaço urbano, organizando a paisagem a sua própria imagem, através dos sistemas de segurança e gerando um novo cenário de relações; espaços onde pessoas de diferentes classes sociais, mesmo próximas, estão separadas pela materialidade desses sistemas (Caldeira, 2003). Esta nova ordem mundial, a ordem do medo, instaurou também uma nova forma de moradia: as “prisões fora dos presídios” (Sá, 1995). O efeito dessa nova ordem afeta também os padrões de circulação e utilização de ruas e praças entre outros espaços públicos, sobretudo à noite. De acordo com Elimar Pinheiro: “nos últimos vinte anos a violência urbana transformou radicalmente as relações sociais, a arquitetura das grandes cidades, o comportamento e os hábitos de seus moradores, assim como as suas representações sociais” (2002 p. 14). Dentre estas transformações, a não utilização dos espaços públicos e a incorporação dos artigos de segurança na arquitetura caracterizam o fenômeno do “enclausuramento” que está explícito nas residências: [...] Na sua sólida materialidade de tijolo e cimento, a ‘casa’ alimenta o ressentimento e a rebelião. Se fechada ao exterior, se sair é uma perspectiva distante ou inexistente, a casa se torna uma prisão” (Bauman, apud Sá, 2005, pg 7). As grades trazem proteção e, ao mesmo tempo, a dúvida. Afinal, que crime cometemos para estarmos aprisionados? o da omissão? Construir um muro ao seu redor não significa que você não faça parte de tudo o que ficou lá fora. Em pesquisas realizadas sobre a

capital paulista Caldeira ressalta: “Apenas com ‘segurança total’ o novo conceito de moradia esta completo. Segurança significa cercas e muros, guardas privados 24h por dia e uma série infindável de instalações e tecnologias” [...] (2003 p 267).

Essa “segurança total” é tão ilusória quanto a sensação de liberdade das pessoas que pagam por ela, pois todos sofrem com a violência direta ou indiretamente, sejam ricos ou pobres. O medo está presente diariamente nos noticiários de TV, jornais e revistas e até mesmo nas conversas informais. Novamente citando Caldeira:

“O medo e a ‘fala do crime’⁴ [...] organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros. A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações” (idem, p 27).

Entretanto, nos dias de hoje, essa questão vai além da necessidade de proteção, engloba também outros fatores como estética e status social. A sofisticação dos sistemas de segurança, das casas e condomínios supervalorizam o imóvel e expressam o poder aquisitivo daqueles que ali residem. Muitos nem sequer atentam para os problemas sociais que os rodeiam. Em estudos realizados nos Estados Unidos, Sharon Zukin aponta:

“Os eleitores e as elites – uma classe média em termos amplos nos Estados Unidos – poderiam ter preferido aprovar políticas governamentais para eliminar a pobreza, administrar a competição étnica e integrar as pessoas em instituições públicas comuns. Em lugar disso, preferiram comprar proteção alimentando o crescimento da indústria privada da segurança” (apud Bawman, 2003, p. 104).

⁴ 3- fala do crime: todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, debates e brincadeiras que tem o crime e o medo como tema.

É preocupante o fato de alguns verem com naturalidade ou mesmo indiferença o rumo para o qual vem se encaminhando o convívio social, e optarem por recriar um ideal de vida em comunidades artificiais delimitadas no espaço, como é o caso dos condomínios fechados, tema que será abordado mais adiante.

2- A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PELO MEDO (ou a utilização do espaço por interesse político-ideológico?).

2.1- Segregação sócio-espacial

Segundo Harvey, “o domínio espacial sempre foi um aspecto vital da luta de classes” (apud Villaça, 1998, p.329). Tal domínio é exercido por aqueles que detêm o poder, sobretudo, o poder político e econômico, cujos atores constituem os principais agentes modeladores do espaço. A segregação sócio-espacial é, desse modo, o resultado desse domínio sobre o espaço, porém, não se deve cair no engano de ver o espaço como algo passivo perante as ações sociais, pois ele também responde a estas ações como nos esclarece Villaça: “A segregação é uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e com o qual essa classe exerce sua dominação através do espaço urbano. Trata-se, portanto, de um caso de efeito do espaço sobre o social” (1998 p.360).

E este efeito é perceptível na disputa pela apropriação das áreas urbanas mais valorizadas, que na maioria das vezes são determinadas pelo mercado imobiliário. Dessa forma o mercado constitui uma peça chave na estruturação do espaço intra-urbano. Em área urbana a segregação é tida como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes ‘regiões gerais’ ou conjuntos de bairros da metrópole” (Villaça, 1998, p.142). Este processo vem se desenvolvendo em todas as metrópoles brasileiras desde meados dos anos setenta e segundo o economista Paul Singer (1982 p.27) esta concentração “decorre de uma tendência dos grupos mais ricos de se segregar do resto da sociedade”. Pode-se, assim, falar em dois tipos de segregação: a auto-segregação, que se refere à praticada pela classe dominante, e a segregação imposta, que se refere a dos

grupos sociais cujas opções de onde e como morar são quase nulas⁵. Castells define a segregação residencial como “um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas e de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas” (apud Correa, 2002, p.60). E esse processo é fortemente influenciado por um jogo de mercado onde as melhores localidades são apropriadas pelas camadas mais abastadas da sociedade onde o preço da terra é um reflexo dessa disputa pelo controle das condições que permitem o surgimento dos sobrelucros de localizações (Ribeiro, 1997), enquanto que os imóveis mais populares são alocados em áreas menos privilegiadas no que tange a oferta de equipamentos urbanos.

De acordo com Santos (1996): “As condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive” (1996, p112). O Estado, enquanto provedor da infra-estrutura fundamental para o bem-estar social, possui também papel preponderante na organização do espaço, uma vez que é seu dever proporcionar para os mais necessitados uma estrutura de equipamentos adequados a uma sobrevivência minimamente digna. No entanto, com representante dos interesses dominantes e pressionado pelas diversas esferas especulativas, suas políticas de investimentos são seletivas e abarcam muitas vezes áreas das camadas de alta renda. Com isso, a disputa pela melhor localização espacial aliada ao problema do inchaço urbano têm provocado o aparecimento de áreas segregadas internas à áreas já segregadas pela classe alta. Trata-se do fenômeno da autoconstrução, ou seja, a formação de favelas por entre os prédios luxuosos. Dentro desta perspectiva Roberto L. Correa coloca: “É na produção da favela que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outras agentes” (2002 p.30).

Com isso, o espaço como contigüidade dota-se de uma convivência geograficamente próxima entre grupos pertencentes a camadas sociais distintas; uma dualização social e geográfica que vai tomando formas visíveis com a transformação de casas e condomínios em verdadeiras fortalezas, pois as

⁵ Classificação dada por: O’NEILL (apud Correa, 2002, p.64).

camadas de alta renda sentem-se ameaçadas por essa proximidade e passam a se cercar através dos artigos de segurança que são a representação material de seus medos e de seu desejo de manter separados aqueles que estão fora de seus padrões de convívio social. Assim, nos alerta Caldeira: “Os novos sistemas de segurança não só oferecem proteção contra o crime, mas também, criam espaços segregados nos quais as exclusões são cuidadosamente e rigorosamente praticadas” (2003 p.267). Eis um ponto crucial da presente reflexão. Sendo os processos de exclusão construções sociais e o crescimento da violência uma de suas conseqüências, como se pode pensar em combatê-la, mantendo a sociedade em parâmetros excludentes.

2.2 Os Condomínios fechados

Os condomínios fechados são um tipo de habitação de alta renda⁶ que tiveram suas construções iniciadas no Brasil a partir da década de setenta. Onde, anteriormente, costumava-se ter edifícios e casas abertos para a rua, passou a existir muros, grades e cercas elétricas como forma de adaptação ao novo paradigma imposto pela sensação de insegurança vinculada ao aumento da criminalidade violenta que afeta a sociedade brasileira como um todo. No entanto, devido à ineficiência do poder público, a segurança tornou-se um produto de mercado onde aqueles que possuem um elevado poder aquisitivo podem comprar. De acordo com Nascimento “os condomínios fechados proliferam, os muros se erguem, os corredores privados se formam: os espaços urbanos mais que outra coisa, segregam” (2002 p. 14). Este tipo de habitação tem sido absorvido pelas elites por todo o país, Caldeira (2003) atribui o fenômeno do enclausuramento a uma estratégia imobiliária e de marketing que se tornou dominante nas últimas décadas. Tal fenômeno está ligado ainda a uma “busca de autonomia” e da recriação de um ideal de vida em comunidade (SOUZA, 2000), porém, o termo comunidade relaciona-se a sensação de pertencer a um todo,

⁶ Segundo Odette Seabra as habitações de alta renda são divididas em três tipos: os condomínios fechados nas franjas da metrópole, tipo Alphaville, etc; as “casas térreas”, unidades com guaritas e guardas armados, cachorros treinados, isoladas em bairros inscritos na textura da cidade, e por fim, os edifícios residenciais de alto luxo (apud Frugoli Jr, 1995).

mas na lógica de um sistema que prega o individualismo, a solidez de uma verdadeira comunidade

se desmancha no ar, adaptando a célebre frase de Karl Marx. E sobre esta perspectiva Bauman aponta:

“As ‘comunidades cercadas’ pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que eles (os bem sucedidos) compram no momento em que tem dinheiro ou credito suficiente para manter distancia da ‘confusa intimidade’ da vida comum da cidade, são ‘comunidades’ só no nome” (2003 p.52).

Essas “comunidades artificializadas” são verdadeiros símbolos de uma diferenciação sócio-espacial que vem sendo praticada dia após dia. Com a recriação de ambientes que suprem as necessidades de lazer dos moradores o direito ao entorno deixou de ser reivindicado e os problemas do entorno deixaram de ser percebidos, propositalmente, como parte de um todo, como consequência das atitudes daqueles que detém o poder. Sobre este aspecto Villaça resume brilhantemente: “a classe responsável pela cidade selvagem se exime de culpa e repudia sua criatura” (1998 p.349).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões abordadas nesta discussão demonstram que a sociedade brasileira vem passando por processos de intervenções planejadoras irregulares, que não estão preocupadas com a resolução dos problemas urbanos, ao contrario apenas tem contribuído para a perpetuação das desigualdades sócio-espaciais. A paisagem urbana se transforma e com ela os hábitos dos atores sociais que se isolam em seus lares. Estamos vivendo um processo de regressão onde ao invés de derrubarmos os muros que nos afastam dos ideais de liberdade, os erguemos indo de encontro aos nossos próprios ideais. Conhecer a origem dos problemas que enfrentamos é a melhor forma de combatê-los e a mobilização social em prol de um objetivo comum ainda é a melhor solução.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. RJ: Jorge Zahar Ed, 2003.

CALDEIRA, Tereza P do Rio. **Cidade em muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo, São Paulo Ed, 2003.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**, SP, Ática Ed, 2002.

COSTA, Maria Regina da, **A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?**, São Paulo Perspec, SP, V 13, N.4, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400002&lng=enjrm=iso> Acesso em :27 fev.2007, Pré-publicação. Dói: 10.1590/ S0102-88391999000400002.

FRUGOLI JR, Heitor. **São Paulo**: Espaços públicos e interação social, SP, Marco Zero Ed, 1995.

NASCIMENTO, Elimar P. **Violência urbana**: o eixo da conjuntura social brasileira no final do século XX, in: ZAVERUCHA, Jorge; BARROS, M. do Rosário N. (orgs) **Políticas de Segurança Pública**: dimensão da formação e impactos sociais, PE, FUNDARJ, Massangana Ed, 2002.

RIBEIRO, Luiz César de Q. **Dos cortiços aos Condomínios Fechados**: As formas de produção da moradia no Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, RJ, 1997.

SÁ, Alcindo Jose. **O Brasil Encarcerado**: das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: Uma geografia do medo. Recife : Ed. Universitária 2005.

SÁ, Alcindo José de. O Brasil e as Geografias do Medo: sim, a história da barbárie humana se repete. Recife, **Revista de Geografia**, UFPE-DCG/NAPA, V.22, nº 1, jan/jun, 2005.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**, SP, Nobel 3º ed, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**, RJ, Record Ed, 2005.

SINGER, Paul. **O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista**, in: MARICATO, Ermínia (org). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil industrial**, SP, Alfa-Omega Ed, 1982.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O Desafio Metropolitano**: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras, RJ, Bertrand Brasil Ed, 2000.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**, SP: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.